

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>17</b>
<b>PREFÁCIO .....</b>	<b>19</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>23</b>
<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>EVOLUÇÃO HISTÓRICA</b>	
<b>DO INTERROGATÓRIO NO BRASIL .....</b>	<b>25</b>
1.1 O BRASIL IMPERIAL – DAS ORDENAÇÕES FILIPINAS AO CÓDIGO DE PROCESSO CRIMINAL DO IMPÉRIO (1832) E SUAS MODIFICAÇÕES.....	25
1.2 O BRASIL REPÚBLICA – A CONSTITUIÇÃO REPUBLICANA (1891) E MODIFICAÇÃO COMPETÊNCIA LEGISLATIVA PARA O DIREITO PROCESSUAL .....	33
1.2.1 Os Códigos Estaduais de Processo Penal.....	34
1.3 A CONSTITUIÇÃO DE 1934 E O RETORNO À UNIFICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO PROCESSUAL.....	45
1.4 DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE O INTERROGATÓRIO CONFORME A REDAÇÃO ORIGINAL DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.....	48
<b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E A MODIFICAÇÃO</b>	
<b>DO PANORAMA DO DIREITO PROCESSUAL PENAL.....</b>	<b>59</b>
2.1 A PROMULGAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.....	60
2.1.1 O contraditório .....	62
2.1.2 A ampla defesa.....	64
2.1.3 A publicidade dos atos processuais .....	71
2.1.4 Duração razoável do processo .....	73
2.1.5 O devido processo legal .....	76

### **CAPÍTULO 3**

#### **O INTERROGATÓRIO: SUA EVOLUÇÃO NORMATIVA**

#### **A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL ATÉ 2008 ..... 79**

##### **3.1 AS MODIFICAÇÕES TRAZIDAS PELA LEI Nº 10.792/2003 NO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL..... 84**

3.1.1 Entrevista prévia e presença obrigatória do defensor no interrogatório – art. 185, *caput*, do Código de Processo Penal ..... 84

3.1.2 Debates legislativos sobre os parágrafos do art. 185 do Código de Processo Penal – interrogatório no estabelecimento prisional e por videoconferência ..... 85

3.1.3 O silêncio do acusado e o art. 186 do Código de Processo Penal ..... 90

3.1.4 A participação das partes no interrogatório e a modificação do art. 188 do Código de Processo Penal..... 92

3.1.5 As demais modificações feitas pela Lei nº 10.792/2003 nas disposições gerais sobre o interrogatório ..... 94

##### **3.2 AS MODIFICAÇÕES TRAZIDAS PELAS LEIS Nº 11.689/2008 E 11.719/2008 NO INTERROGATÓRIO JUDICIAL..... 98**

##### **3.3 A NATUREZA JURÍDICA DO INTERROGATÓRIO ..... 102**

### **CAPÍTULO 4**

#### **O AVANÇO TECNOLÓGICO E A VIDEOCONFERÊNCIA ..... 107**

##### **4.1 O AVANÇO TECNOLÓGICO E A MODERNIZAÇÃO DA JUSTIÇA..... 107**

##### **4.2 A VIDEOCONFERÊNCIA E OS SEUS ASPECTOS TÉCNICOS..... 110**

4.2.1 Conceituação de videoconferência ..... 110

4.2.2 Requisitos mínimos para a comunicação de qualidade ..... 112

4.2.3 O registro das audiências realizadas por videoconferência..... 118

##### **4.3 O CONSTANTE E PROGRESSIVO USO DA VIDEOCONFERÊNCIA PARA OUTROS FINS..... 122**

### **CAPÍTULO 5**

#### **O INTERROGATÓRIO POR VIDEOCONFERÊNCIA ..... 126**

##### **5.1 A INSTITUIÇÃO DA VIDEOCONFERÊNCIA NO BRASIL – DA INEXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO AOS DEBATES LEGISLATIVOS PARA A APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI QUE DEU ORIGEM À LEI Nº 11.900/2009 ..... 126**

<b>5.2 AS JUSTIFICATIVAS PARA A APROVAÇÃO DA LEI Nº 11.900/2009</b> .....	135
5.2.1 Custo das escoltas policiais .....	136
5.2.2 A duração razoável do processo.....	139
5.2.3 Segurança dos envolvidos no ato processual e risco de fuga ou resgate durante o deslocamento dos acusados.....	142
<b>5.3 CONDIÇÕES LEGAIS PARA A REALIZAÇÃO DO INTERROGATÓRIO POR VIDEOCONFERÊNCIA</b> .....	143
5.3.1 O uso destinado aos acusados presos .....	144
5.3.1.1 O consentimento do acusado como hipótese excepcional de uso da videoconferência para o interrogatório dos acusados soltos .....	145
5.3.2 A excepcionalidade do interrogatório virtual .....	150
5.3.2.1 A realização do interrogatório judicial no estabelecimento prisional – Art. 185, § 1º, do Código de Processo Penal .....	151
5.3.2.2 A excepcionalidade da medida devido à diferença entre a presença pessoal e a virtual .....	153
5.3.3 Da reserva de jurisdição e da exigência de motivação da decisão que determina o uso da tecnologia no interrogatório judicial – art. 185, <i>caput</i> , do Código de Processo Penal.....	158
5.3.4 As hipóteses autorizadoras de uso da tecnologia previstas nos incisos do art. 185, § 2º, do Código de Processo Penal .....	162
5.3.4.1 Uso como prevenção de risco à segurança pública, suspeita de fuga ou acusado que integre organização criminosa – art. 185, § 2º, inc. I, do CPP .....	163
5.3.4.2 Uso como forma de viabilizar participação do acusado no ato processual, quando haja relevante dificuldade para seu comparecimento em juízo, por enfermidade ou outra circunstância pessoal – art. 185, § 2º, inc. II do CPP .....	171
5.3.4.3 Uso como forma de impedir a influência do réu no ânimo de testemunha ou da vítima, desde que não seja possível colher o depoimento dessas por videoconferência, nos termos do art. 217 do CPP – art. 185, § 2º, inc. III do CPP .....	175
5.3.4.4 Uso da videoconferência como forma de responder à gravíssima questão de ordem pública – art. 185, § 2º, inc. IV do CPP .....	178
5.3.5 Necessidade de intimação das partes da decisão que determina o uso da videoconferência para o interrogatório – Art. 185, § 3º, do Código de Processo Penal.....	182
5.3.6 Entrevista prévia do acusado e seu defensor através de canais exclusivos de comunicação – art. 185, § 5º do Código de Processo Penal .....	187
5.3.7 A presença de dois advogados no interrogatório do acusado – art. 185, § 5º, do Código de Processo Penal.....	191

5.3.8 A necessária fiscalização das instalações do estabelecimento prisional - art. 185, § 6º, do Código de Processo Penal .....	195
5.4 ACOMPANHAMENTO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL POR VIDEOCONFERÊNCIA QUANDO O INTERROGATÓRIO FOR REALIZADO COM O USO DO MESMO RECURSO TECNOLÓGICO – ART. . 185, § 4º, DO CÓDIGO DO PROCESSO PENAL .....	197
5.5 A REQUISIÇÃO DO ACUSADO PRESO PARA COMPARECIMENTO EM JUÍZO – ART. 185, § 7º, DO CÓDIGO DO PROCESSO PENAL .....	199
5.6 A REALIZAÇÃO DE OUTROS ATOS PROCESSUAIS QUE DEPENDAM DO ACUSADO PRESO – ART. 185, §§ 8º E 9º, DO CÓDIGO DO PROCESSO PENAL .....	201
5.7 OUTRAS QUESTÕES ATINENTES AO INTERROGATÓRIO POR VIDEOCONFERÊNCIA .....	205
5.8 ANÁLISE QUANTO À PROPORCIONALIDADE DO INTERROGATÓRIO POR VIDEOCONFERÊNCIA .....	207
5.8.1 A videoconferência e o pressuposto da legalidade .....	212
5.8.2 A videoconferência e a sua justificação constitucional .....	213
5.8.3 A videoconferência e a judicialidade e motivação das decisões.....	214
5.8.4 A videoconferência e a adequação .....	216
5.8.5 A videoconferência e a necessidade .....	217
5.8.6 A videoconferência e a proporcionalidade em sentido estrito .....	218
5.9 O PLS Nº 156/2009 E O INTERROGATÓRIO DO ACUSADO POR VIDEOCONFERÊNCIA .....	219
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>221</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>231</b>